

A memória como ferramenta para uma historiografia regional

Memory as a tool for a regional historiography

Eliton Felipe de Souza*

<https://orcid.org/0000-000-4534-0987>

Resumo

O presente artigo objetiva compreender a memória, por meio do uso da técnica da História Oral, como parte fundamental na construção de um processo historiográfico regional. Para isso, foi preciso pormenorizar de forma bastante detalhada o conceito de memória, compreendendo-a como memórias individuais responsáveis por construir uma memória social coletiva, observação essa, resultante de um importante estado da arte que mapeou ampla pesquisa bibliográfica já desenvolvida sobre o tema e de trabalho empírico realizado a partir da utilização de uma série de entrevistas orais efetuadas por mim e outras dispostas em acervos públicos e privados com um grupo de envolvidos na luta contra a ditadura militar brasileira. Além disso, esse trabalho procura demonstrar a necessidade de novas abordagens científicas para o conhecimento e o reconhecimento de ações ocorridas longe dos grandes centros urbanos do país, como o Rio de Janeiro e São Paulo, mas local e regionalmente acerca de momentos históricos, de relevância nacional e no âmbito da História do Tempo Presente, como o caso das violações de direitos humanos levadas a cabo pelos militares no período transcorrido entre os anos de 1964 e 1985, por exemplo. Como pensou Le Goff, existe uma escritura da história e esse trabalho pretende demonstrar que a História Oral permite resgatar esse modo de conceber a historiografia.

Palavras-chave: História Oral; Memória; História Regional; Memória Traumática.

Abstract

This article aims to understand memory, through the use of the Oral History technique, as a fundamental part in the construction of a regional historiographical process. For this, it was necessary to detail the concept of memory very extensively, understanding it as individual memories in charge of building a collective memory, an observation that results from an important state of the art that mapped an extensive bibliographical research already

*Doutor em história pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professor do curso de História da Universidade do Vale do Itajaí. E-mail: elitonfelipe@gmail.com

developed on the subject and empirical work carried out on the subject. from the use of a series of oral interviews conducted by myself and others arranged in public and private collections with a group of people involved in the fight against the Brazilian military dictatorship. In addition, this work seeks to demonstrate the need for new scientific approaches for the knowledge and recognition of actions that occurred far from the country's large urban centers, such as Rio de Janeiro and São Paulo, but locally and regionally on historical moments of national relevance and in the field of the History of the Present Time, as in the case of human rights violations committed by the military in the period between 1964 and 1985, for example. As Le Goff thought, there is a writing of history and this work aims to demonstrate that Oral History allows us to rescue this way of conceiving historiography.

Keywords: Oral History; Memory; Regional History; Traumatic Memory.

Introdução

Maravilha-te, memória!

FERNANDO PESSOA

O verbete *memória* pode ser definido como a “faculdade que se tem de adquirir informações, retê-las e, então, ser capaz de evocá-las”¹. Contudo, essa simples descrição não define o conceito. Lembrar é um constante ressignificar acontecimentos e sensações. A memória é uma manifestação construída de forma individual coletivizada, ou coletiva individualizada, podendo adquirir novos aspectos de acordo com as relações existentes entre os indivíduos e que pode auxiliar de maneira fundamental na escrita de uma história do tempo presente:

A característica básica [da história do tempo presente] é a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos. O desdobramento desse argumento é que a história do tempo presente possui balizas móveis, que se deslocam conforme o desaparecimento progressivo de testemunhas. Assim, que cronologia, que evento-chave, reconhecido, deve ser adotado como marco inicial da história do tempo presente? Para alguns, trata-se do período que remonta

¹ DICIONÁRIO AURÉLIO DIGITAL. Verbetes “Memória”. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.editorapositivo.aurelio&hl=pt_BR&gl=US> acessado em 11/02/2021, s.p..

a uma última grande ruptura; para outros, trata-se da época em que vivemos e de que temos lembranças ou da época cujas testemunhas são vivas e podem supervisionar o historiador e colocá-lo em xeque. [...] o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação. Outra questão que mereceu destaque foi a noção de 'tempo presente' e suas relações com os contemporâneos, os testemunhos, os atores, a demanda social e as outras disciplinas.²

Como indicam Schmidt e Mahfoud,³ será justamente nessa memória coletiva que o passado se reconstruirá e se resignificará. A memória coletiva seria uma forma de história vivente, existindo, especialmente, na tradição, onde os conteúdos se atualizam e se articulam entre si.

O próprio esquecimento pode ser utilizado como fonte de pesquisa. É preciso saber ouvir, interpretar e compreender o silêncio que esse esquecimento causa. A documentação oficial produzida pelo Estado, por exemplo, tende a favorecer os agentes do próprio Estado, então, como aponta Wachtel,⁴ é preciso ter em mente que toda documentação tem um aspecto parcial. Elementar em uma investigação é ser capaz de realizar a crítica sobre cada documento. Quem o produziu e quais as origens. Pois, mesmo que essa documentação seja produzida pelos vencedores, através delas podemos escutar e conhecer a voz dos vencidos.

Partindo desses pressupostos, a História Oral nos apresenta caminhos que podem ser traçados para o desenvolvimento de uma história regional, por exemplo. Com base nas palavras da língua inglesa: *relato (story) e história (history)*, surgem os conceitos de *life story (relato de vida) e life history (história de vida)*.

Por relato de vida, o sociólogo Norman K. Denzin, designa a história a partir do ponto de vista de quem a viveu e como esse indivíduo apresenta esses acontecimentos. Em relação à história de vida, por outro lado, o autor

² DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, São Paulo, vol. 2, n. 4, 2013, p. 19-34

³ SCHMIDT, Maria L. S.; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, vol. 4, n. 1-2, 1993, p. 292.

⁴ WACHTEL, N. A versão dos vencidos: depoimento. [2 de Janeiro de 2012]. Rio de Janeiro: *Revista de história*. Entrevista concedida a Agnes Alencar e Rodrigo Elias, s.p..

propunha que tal conceito deve ser pensado para compreender os estudos de casos realizados sobre uma pessoa determinada, partindo não só da maneira de contar os aspectos autobiográficos, mas levando em consideração outras fontes documentais: como documentos judiciais, histórico médico, ou mesmo relatos de outras pessoas próximas⁵.

Durante as primeiras décadas do século XX, as narrativas eram o principal elemento da sociologia empírica em países como os Estados Unidos, sendo postas de lado após a Segunda Guerra Mundial. Tal situação se daria pois a criação do discurso estaria intrinsecamente vinculada ao desejo de poder. O discurso não seria “simplesmente aquele que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquele pelo qual, e por meio do qual se luta, aquele poder que se quer apoderar-se”.⁶

Apesar da existência dessa relação direta entre discurso e desejo de poder, a história de vida, fundamentada pela História Oral, ainda aparece como um instrumento extraordinário para avaliar os momentos de transformação local pelos quais a sociedade passa.

De acordo com Pollak,⁷ a História Oral seria uma das possibilidades de vestir as ciências humanas com uma escrita literária, pois esse método traz à tona a importância de se conhecer as memórias subterrâneas em oposição à memória nacional oficial que também possui, no que lhe toca, um discurso pautado por interesses individuais e coletivos e que detém um caráter destruidor, opressor e uniformizador. Para o autor, essa abordagem deve ter como regra metodológica a empatia aos grupos dominados, reabilitando a periferia e a marginalidade e a regionalidade dos acontecimentos:

Grosso modo, uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela poder ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites. Vale dizer, a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento

⁵ BERTAUX, D. 1999. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Acta Sociológica*, Ciudad de México, n. 56, set/diz. 2011, p. 64.

⁶ FOUCAULT, Michel. *El orden del discurso*. Buenos Aires, Ed. Tusquets, 1992, p. 05-06.

⁷ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 04.

interno. Por outro lado, além de ser uma porção do espaço organizada de acordo com um determinado sistema ou identificada através de um padrão, a região quase sempre se insere ou pode se ver inserida em um conjunto mais vasto.⁸

O historiador deve, então, ser capaz de compreender os caminhos traçados por esses sujeitos, trazendo para a formação da memória nacional essa memória coletiva dos grupos locais, pois, enquanto um círculo social, a memória desse grupo permanece presa aos poucos indivíduos que se reconhecem nos acontecimentos comuns do passado. Para Halbwachs,⁹ são os grupos sociais que determinam o que deverá ser e como será lembrado. Isso em razão de que, apesar dos indivíduos terem a capacidade de formar as próprias lembranças, a memória é uma construção dos grupos sociais e só existe à medida em que cada sujeito vive como um ser social:

O funcionamento da memória individual só é possível graças à utilização das convenções sociais (ideias, palavras) criadas pelas sociedades e também pela presença de outras pessoas. A memória individual não deixa nunca de existir. Ela está presente em diferentes contextos, com a presença de diferentes participantes, e isso permite que haja uma transposição da memória pessoal para um conjunto de acontecimentos compartilhados por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva que é determinada, então, pela sociedade.¹⁰

A memória é, portanto, essencialmente coletiva, pois nenhuma lembrança pode ser criada apartada de um grupo. As comunidades criam um acervo coletivo de lembranças compartilhadas. Ou seja, a memória individual é uma combinação das inúmeras coletivas socialmente selecionadas, constituída por sujeitos com quem são estabelecidos vínculos no decorrer da vida, ou que interferem por tabela nas vidas de outras pessoas, transformando-se quase que em conhecidos, e de indivíduos que não pertencem de maneira alguma ao mesmo espaço-tempo da pessoa. Como exemplo, Pollak¹¹ cita o

⁸ BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*. vol. 10, n. 1, 2005, p. 98.

⁹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

¹⁰ DE SOUZA, Eliton Felipe. “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro. 2015. 159. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015. p. 29.

¹¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 202-203.

caso da França. Para o autor, não é necessário, via de regra, ter vivido durante o governo do general De Gaulle para percebê-lo como um contemporâneo. Existem, também, lugares de memória, que estão particularmente ligados a determinadas lembranças, podendo não ter nenhuma sustentação no tempo cronológico. São lugares que permaneceram como situações muito fortes e presentes na memória de cada pessoa, por meio até mesmo de sensações como odores, sabores ou imagens, independentemente de se saber exatamente a data real em que os fatos ocorreram.

A memória é falha e para tentar ocupar as lacunas existentes, podem e devem ser criados lugares de apoio, que são os espaços de comemoração. “Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma lembrança de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela”.¹²

Pollak corrobora Halbwachs,¹³ para quem as memórias individuais são pontos de vista sobre uma memória coletiva e que este ponto de vista pode mudar de acordo com o lugar que o indivíduo ocupa e que esse mesmo lugar, ainda, pode sofrer alterações a partir das relações que são mantidas com outros espaços. Dessa forma, é necessário que os indivíduos mantenham vínculos com as memórias uns dos outros, existindo pontos de convergência passíveis de se construir uma base comum.

As recordações são o reconhecimento de si e do mundo, visto que, em certa medida, são portadoras de um sentimento do que já foi visto ou vivido. São, também, reconstrução, pois, por um lado, não existem enquanto uma repetição linear de acontecimentos e vivências passadas, mas sim como um resgate destes no contexto de preocupações e interesses atuais. Por outro lado, são reconstrução por serem o que são destacadas da massa de acontecimentos e vivências “evocáveis e localizadas num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais”.¹⁴

O que recordamos está invariavelmente relacionado ao local em que vivemos e ao momento em que estamos. Dados são perdidos e acrescentados a todo instante de acordo com os novos acontecimentos que estabelecem novas conexões sensoriais, excluindo, modificando ou adicionando novos eventos e sentimentos:

¹² POLLAK, Memória e identidade... op. cit., p. 202-203.

¹³ HALBWACHS, op. cit., p. 69.

¹⁴ SCHMIDT; MAHFOUD, op. cit., p. 289.

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. É, portanto, necessária a busca por outras fontes que sejam capazes de corroborar ou refutar as afirmações dos entrevistados. Documentos escritos, outros depoimentos, etc. Se a memória, assim como toda documentação escrita é socialmente construída, a crítica deve ser aplicada a toda e qualquer fonte.¹⁵

Posto isso, o uso da História Oral como método para a construção de uma historiografia regional, coloca a memória como ponto central na produção científica, visto que ela proporciona reorganizar o pensamento histórico a partir não apenas de perspectivas oficiais, mas de uma história subterrânea que coloca em foco sujeitos que, em outros momentos, foram relegados ao esquecimento, a exemplo dos presos políticos que enfrentaram a Ditadura Militar brasileira.

A Ditadura Militar e o direito à Memória

A existência de testemunhas da ditadura militar, bem como a disputa pela preponderância no discurso sobre o período, assim como o debate em torno de quem teria legitimidade para ser responsável pelo processo de redemocratização do país, se os militares ou os civis, se a situação ou a oposição ao regime, acabaram refletidos na forma com que se construiu a historiografia nacional e regional sobre aquele momento histórico:

Antes da História Oral se institucionalizar em associações, núcleos de pesquisa e documentação e nas pesquisas acadêmicas, houve a elaboração de um conjunto de testemunhos que sedimentaram uma memória social sobre a ditadura. A realização de entrevistas na investigação de diversos aspectos da sociedade, a formação dos acervos de História Oral abordando o regime autoritário e a historiografia do período foram direta e indiretamente influenciados por essa memória social.¹⁶

Como historiador do período, acabei sendo diretamente atingido por essa influência. Em 2008, ainda como um aluno da graduação em história,

¹⁵ DE SOUZA, op. cit., p. 34.

¹⁶ DE OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. Uma história social da memória da ditadura: o lugar da História Oral na investigação do regime militar. *História Oral*, São Paulo, vol. 22, n. 2, 2019, p. 288.

participei do lançamento do livro *Os quatro cantos do Sol*, do jornalista e historiador Celso Martins. Naquela noite, o autor dividiu a mesa de debates com o Senhor Edgar Schatzman, uma das personagens da obra que relatava os caminhos dos comunistas catarinenses durante a ditadura militar, a partir da visão de alguém envolvido no processo.

O evento fazia parte das atividades de rememoração dos 50 anos da assinatura do Ato Institucional nº 5, o famoso AI-5. Naqueles dias o processo de construção e divulgação da memória da ditadura estava por todos os lados da Universidade.

“Ao Felipe, com um forte abraço e desejo de uma produtiva leitura. Atenciosamente, Celso Martins!”, a dedicatória é sucedida da assinatura do autor e do senhor Schatzmann. O livro ficou guardado na minha estante por alguns anos e a memória daquele dia foi aos poucos se modificando, sendo reconfigurada de acordo com o conhecimento que fui adquirindo sobre o assunto, assim como pela rede de contatos que estava presente ou não naquele evento.

Sabendo que a memória seria uma forma de dar voz àqueles que foram colocados em segundo plano, permitindo que as ações realizadas por esses indivíduos sejam trazidas à tona, reproduzindo por meio da pesquisa científica suas lembranças, decidi que era preciso falar mais sobre o assunto. Que a resistência à ditadura em âmbito local por pessoas como o Senhor Edgar, precisava ser contada. Era preciso conhecer e reconhecer a luta e o sofrimento de quem se contrapôs ao governo ditatorial ou foi por ele atingido direta ou indiretamente e a memória dessas pessoas seria parte fundamental em um estudo como esse, que propõe chamar a atenção para os acontecimentos ocorridos distantes dos centros do país. Luiz Carlos Fagundes Lemos, por exemplo, lembra como o pai, Theodomiro Fagundes Lemos, passava os dias ao lado da família:

Pesadelos, [...] não podia sair, pedir a conta [do trabalho de fiscal da fazenda] faltando seis anos para aposentar [...] e o medo porque o regime endureceu cada vez mais [...] e ele começou a ficar com receio de ser preso novamente [...] e quando foi 1973, nove anos depois de ele ter sido preso, de ele sofrer tudo isso, ele faleceu. [...] Porque daí aconteceu aquilo que, infelizmente, não podia ter acontecido: ele se entregou ao alcoolismo pra esquecer as lembranças, pra esquecer a sacanagem dos amigos dele, para esquecer o que ele viu na tortura.¹⁷

¹⁷ LEMOS, Luiz Carlos Fagundes. *Theodomiro Fagundes Lemos: depoimento* [2014]. Entrevistador: A. Perger.

Não por acaso, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que esteve ativa entre 18 de novembro de 2011 e 16 de dezembro de 2014, coletou mais de mil depoimentos, assim como as comissões instauradas por estados e municípios. As informações prestadas por vítimas e testemunhas da violência do Estado foram fundamentais para a construção do relatório final da CNV.

Ao coletar depoimentos de sujeitos que atingidos por casos de violações de direitos humanos, confrontando-os com as falas dos próprios agentes do Estado ou com a documentação oficial, produzida por quem esteve no poder durante o período, permitiu à instituições como as CNVs espalhadas pelo país reconstruir uma história que parecia ter ficado trancada nos porões da ditadura.

Essa memória coletiva, criada pelos militantes políticos que foram usurpados de seus direitos, se desenvolve por meio do grupo de referência do qual cada indivíduo já fez parte e estabeleceu uma narrativa em comum, se identificando e confundindo o próprio passado com o dos outros integrantes desse grupo. Esse coletivo não necessariamente precisa estar presente fisicamente, mas existe como uma possibilidade de retomada das experiências históricas e sociais comuns. A potência do vínculo social se fortalece na construção das imagens, que formam e constituem as recordações. Portanto, a lembrança é sempre parte de um “processo coletivo e está sempre inserida num contexto social”.¹⁸

A formação de uma memória social formada não só em esfera nacional, mas regional e também local, construída de forma coletiva a partir das lembranças individuais está intrinsecamente ligada à ideia de justiça de transição e para Coelho,¹⁹ forma um dos quatro pilares deste processo: “a reparação das vítimas dos regimes repressores, a busca pela verdade, a reforma de instituições do Estado e **a construção da memória**” (grifo nosso). Ainda de acordo com a autora:

As políticas de memória surgem em resposta à falta de esclarecimento e investigação sobre os crimes contra os direitos humanos, ocorridos durante a vigência dos regimes autoritários do Cone Sul. Elas basicamente consistem num conjunto de medidas

Joinville. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro, s.p..

¹⁸ SCHMIDT; MAHFOUD, op. cit., p. 288.

¹⁹ COELHO, Maria Clara Ruas. O direito à memória como instrumento de reflexão crítica do passado e de criação de um novo futuro. *Caderno Virtual IDP*, Brasília, v. 1, n. 33, 2016, p. 01-18. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/1196/716>> acessado em: 12/02/2021, p. 02.

relacionadas ao modo como determinada sociedade irá lidar com o seu próprio passado e o seu futuro, posto que “a memória é uma luta sobre o poder e sobre quem decide o futuro, já que aquilo que as sociedades lembram e esquecem determina as suas opções futuras.”²⁰

Quando se trata de situações de trauma, como as torturas praticadas no cárcere, tais memórias seguem vivas e são difíceis de serem eliminadas. Mesmo alguns pequenos detalhes que poderiam ser vistos apenas como sinais de uma vida comum levam o indivíduo de volta aos momentos de dor:

A voz embargada de Antônio Justino ao lembrar da visita do filho na prisão, a dificuldade dele de falar sobre as sevícias que sofreu enquanto esteve nas mãos do Estado, a lembrança de Edgar dando apoio e consolando o companheiro de cela que o denunciou sob tortura, as filhas de Júlio Serpa que se apegaram a coisas pequenas e, aparentemente, sem valor, como um chiclete ou um caderno escolar, são reflexos das condições sociais das quais aquelas pessoas são o produto e que, apesar de permanecer no discurso transcrito, estão em nuances mais subjetivas na pronúncia, na linguagem do corpo e nos silêncios que compõem as peças fundamentais na construção social dessas pessoas.²¹

Aqueles sujeitos históricos que decidem se expor e revelar as suas dores, assumem a incumbência de apontar uma experiência particular, mas que se articula com a de outras pessoas, reforçando uma posição de enfrentamento à história e a documentação oficial produzida pelo Estado, sobretudo durante o período ditatorial:

Trata-se da verdade da memória, que reúne elementos dispersos, apresentando ao mesmo tempo retrato pessoal, coletivo e identitário, por meio dos quais homens e mulheres reconstituem sua própria unidade e identidade num tempo que a narrativa revela complexamente subjetivo, emotivo e racionalizado. Não se trata somente da “verdade histórica”, crítica, distanciada pelo método, decifração e análise dos signos, mas da “verdade do testemunho”, dinâmica, incompleta e sempre presentificada.²²

²⁰ *Ibidem*, p. 02-03.

²¹ DE SOUZA, op. cit., p. 142.

²² ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, 2013, p. 110-11..

A História Oral nos permite inquirir os documentos oficiais. A memória histórica pode solucionar rupturas, produzindo representações imagéticas unitárias da humanidade e oferecendo construções históricas lógicas e recriadas do passado.²³

Nesse sentido, a utilização da História Oral como ferramenta de construção de uma memória coletiva, contribui para que o Estado consolide o direito à memória não apenas do ponto de vista de governos de ocasião, mas também dos que estão à margem das tomadas de decisão. Além de reconhecer a regionalidade das ações do próprio Estado. É imposto “ao regime democrático a tarefa de projetar um futuro, de seguir em frente, sem, entretanto, deixar de assumir o compromisso pela responsabilização pelos atos de violência praticados”.²⁴

Ao manter, portanto, um vínculo com elementos do passado, sejam objetos, espaços públicos e privados ou mesmo outras pessoas, a memória individual colabora para que a construção da memória coletiva seja permanentemente revisitada e reformulada, mas mantenha aspectos originais que aproximem os sujeitos o máximo possível dos eventos do passado. A História Oral ganha um caráter testemunhal, “colaborando para trazer a público os sofrimentos mais íntimos e ignorados no contexto das tragédias coletivas, como o autoritarismo e o silenciamento por ele produzidos”.²⁵

Depois de participar de um processo traumatizante, como as torturas dos porões da Ditadura Militar, por exemplo, a memória individual que se constrói naquele momento torna-se um eterno retornar. É como se os sujeitos permanecessem presos mesmo após serem libertados e cabe ao Estado legitimar que a memória desses indivíduos sobre as violações de direitos sofridas por eles seja reconhecida como parte fundamental não só da história do país, mas, principalmente, dos locais nos quais estes indivíduos militaram e/ou foram presos..

O ser historiador em meio a memória alheia

O conhecimento da própria história é parte fundamental para a formação identitária de uma sociedade. Cabe aos historiadores a competência

²³ SCHMIDT; MAHFOUD, op. cit., p. 293.

²⁴ COELHO, op. cit., p. 03.

²⁵ ROVAI, op. cit., p. 111.

de articular as memórias individuais em narrativas dos fatos históricos que sejam capazes de construir uma memória coletiva.

É certo que desde os gregos antigos, a memória era vista como indispensável para a compreensão das sociedades como sociedades de indivíduos. “A memória era tão importante que recebeu um lugar especial no panteão de seus deuses. Segundo o mito, Mnemósine, a deusa da memória, foi a quarta esposa de Zeus que gerou, dessa união, nove musas, entre elas, Clio, a História”.²⁶ Logo, não seria possível pensar a produção histórica sem recorrer, em alguma medida, à memória.

Quando desenvolvi minha pesquisa de mestrado, entre os anos de 2013 e 2015, tive como fio condutor a memória de mulheres e homens que estiveram envolvidos na luta contra a ditadura militar. Uma das ferramentas mais importantes para a realização daquele trabalho, sem sombra de dúvidas, foi a utilização da História Oral como técnica de pesquisa.

A realização de entrevistas, como observou De Oliveira,²⁷ proporcionou a formação de verdadeiros acervos de História Oral regionais especializados no período da Ditadura. Não só historiadores têm se debruçado sobre esse tema, mas também sociólogos e até mesmo cineastas, almejando expor as ações ilegais realizadas pelo Estado brasileiro entre 1964 e 1985. Tal assertiva fez com que houvesse à disposição uma grande quantidade de material para ser trabalhado, para além dos depoimentos que eu mesmo coletaria.

Vale lembrar, no entanto, que “trabalhar com História Oral é, sobretudo, não querer uma história totalizante a partir dos depoimentos; tão pouco provar uma verdade absoluta. É dar espaço aos sujeitos anônimos da História na produção e divulgação dessa, procurando articular suas narrativas”.²⁸

Esse conjunto de narrativas permite ao historiador fornecer explicações para o desenvolvimento dialético da sociedade em que aqueles sujeitos históricos viveram. Logo, podemos afirmar que as qualidades que surgem com o uso do da História Oral estão na facilidade de acesso àquelas experiências regionais e às representações imagéticas criadas por aquelas pessoas para os fatos ocorridos: “a resultante obrigação de lembrar faz de todo homem o seu próprio historiador” [nossa tradução].²⁹

²⁶ SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *Métis: história & cultura*, vol. 06, n° 12, 2007, p. 36.

²⁷ DE OLIVEIRA, op. cit., p. 288.

²⁸ SILVEIRA, op. cit., p. 41.

²⁹ NORA, Pierre. *Realms of Memory: the construction of the French Past*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996, p. 10.

No entanto, apesar de as entrevistas por si só avolumarem um imenso material historiográfico, importante e necessário para o desenvolvimento da pesquisa histórica, enquanto fontes que, como qualquer outra, não estão livres de vícios, estas nos permitem o cotejamento dos argumentos dessas entre elas mesmas, bem como com documentos oficiais:

A pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas porque tradicionalmente relacionados apenas a indivíduos -, como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano.³⁰

Para a minha dissertação de mestrado, por exemplo, foram coletados 30 depoimentos de 21 pessoas diferentes, explorando os acervos do Laboratório de História Oral, da Universidade da Região de Joinville; do Arquivo Histórico de Joinville; do documentário Audácia; e do documentário Ditadura Reservada, do qual tive acesso as entrevistas na íntegra. Infelizmente, quem opta pela técnica da História Oral corre o risco de perder parte de suas fontes, já que nem todos os sujeitos históricos têm a possibilidade de deixar as memórias individuais registradas e, infelizmente, ao morrerem, levam consigo detalhes que poderiam ajudar na construção das narrativas.

Para além disso, como afirma Bourdieu,³¹ quando falamos de história de vida estamos pressupondo que a vida de alguém pode ser definida como história e que ela é o conjunto de uma existência individual que concebemos como história a partir do relato desse indivíduo. Portanto, parte do trabalho do historiador, quando se trata da História Oral, é convencer os indivíduos de que o que eles têm a dizer é importante. De que a memória deles é parte de uma memória nacional que ainda está em construção e que as entrevistas fazem parte:

Do diálogo coletivo, da necessidade de contar a história junto, a partir de tempos plurais, de papéis diferenciados e mundos complementares que convergiram para o território simbólico da negociação e da resistência, marca da identidade de uma grande comunidade de destino, como chamou Maurice Halbwachs

³⁰ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 14-15.

³¹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org). *Usos e abusos da história oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183.

(2006), contra o esfacelamento do tempo que condena as memórias de dor ao esquecimento.³²

Dito isso, a história de vida, como foi proposta por Denzin, seria peça fundamental para a construção de uma história do tempo presente coletiva e regional, que leve em consideração os indivíduos do interior do país. Sujeitos que estiveram, por exemplo, na resistência frente à ditadura militar, mas que não estavam nos grandes centros e, por isso, não receberam a devida atenção:

A história oral tem contribuído, neste sentido, para dar a conhecer grupos excluídos de registros escritos e inscrever no relato historiográfico vozes múltiplas e silenciadas. Palavras de ordem criadas pelos regimes autoritários e mantidas por seus defensores foram usadas para evitar a possibilidade de se falar das barbaridades praticadas, dar-lhes outros nomes e de, ao lembrá-las, identificar seus autores, significados e consequências no presente. Marcados como subversivos, antipatriotas, aniquilados em sua integridade física e mental, os opositores dos regimes autoritários foram suprimidos em palavras e em existência. Na luta pela validação de memórias diferenciadas contra os estereótipos criados e, principalmente, para falar dos traumas sofridos, o testemunho dos que resistiram à opressão e foram silenciados tenta abrir espaço no clima de indiferenças; ganhar importância como denúncia, responsabilização e reparação³³.

É papel do historiador fazer a crítica aos documentos que utiliza no trabalho historiográfico. Para isso, além dos cotejamentos já citados, parte dos procedimentos metodológicos estão na ampla análise bibliográfica sobre o objeto de estudo. É preciso conhecer o que já foi produzido sobre os temas explorados pelos entrevistados como mais uma maneira de comprovar as informações prestadas na História Oral.

Falar sobre o próprio sofrimento nunca é fácil, esse processo doloroso de relembrar os traumas e as feridas abertas, para além de dar voz aos excluídos, é o momento em que os pesquisadores oferecem “ouvidos atentos, prontos a perceber as diferenças dentro da diferença, múltiplos sentidos nas chamadas ‘memórias di cucina’”.³⁴

³² ROVAI, op. cit., p. 128.

³³ Ibidem, p. 111.

³⁴ Ibidem, p. 116.

Isto posto, ao historiador cabe a compreensão de que, entre outros detalhes de uma entrevista, ao se recusar a falar abertamente dos traumas sofridos, não significa que os indivíduos procurem construir uma imagem socialmente aceitável de si mesmos, mas que não falar é evitar a continuidade do fato, é lutar contra esse eterno retorno da dor, é como se ao não relembrar, ao não trazer a tona memórias profundas, ao não falar, aqueles acontecimentos deixassem de existir e com eles a culpa ou a vergonha por terem vivido aquele momento. É preciso “estar preparado para compreender que nem sempre o ato de rememorar é uma ação saudável e positiva para o sujeito, pois pode trazer dores e sofrimentos. É escrever história sem sacramentar certezas, mas diminuindo o campo das dúvidas”.³⁵

Os efeitos deixados pela repressão podem ser vistos ao longo do tempo e é fundamental que os pesquisadores sejam capazes de percebê-los. Em casos de violência, como as que o Estado perpetrou durante o regime de 1964, as sequelas podem permanecer por um longo período na memória de quem foi sevidado. Ao pesquisar sobre o tema precisei levar em consideração o fato de que foram consequências tanto sociais quanto políticas: do primeiro caso, me deparei com a depressão e/ou o alcoolismo que atingiu quase todos os presos que entrevistei; com o suicídio que, mesmo depois de 4 décadas, permanecia como uma constante na vida de alguns ex-presos; com o câncer que atingiu outro militante, em decorrência do abuso de álcool e tabaco ao sair do cárcere. Politicamente, houve a devastação das organizações políticas em que aqueles indivíduos atuavam.

Ao escolher a História Oral como técnica fundamental do exercício da historicidade, ao historiador cabe apreender, da melhor maneira possível, a memória de cada indivíduo, interpretando as subjetividades entre o que é exclusivo e o que é comum ao grupo, pois todos são agentes transformadores e, concomitantemente, sujeitados à história. É preciso realizar a análise do que os individualiza, sem esquecer de que a memória do sujeito deve ser compreendida como expressão de um grupo, pois é parte fundamental na construção das identidades sociais. “A História Oral produz narrativas orais, que são narrativas de memória. Essas, [...] são narrativas de identidade na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade”.³⁶

³⁵ SILVEIRA, op. cit., p. 41.

³⁶ *Ibidem*, p. 41.

É preciso ter bem claro, portanto, que, apesar de parecer ser um fenômeno particular, íntimo de cada indivíduo, a memória precisa ser entendida pelos historiadores como um fenômeno coletivo, submetido a possíveis flutuações e às mudanças constantes.

Algumas considerações

No momento em que o historiador elege a História Oral como um axioma da pesquisa historiográfica do tempo presente e que passa a tratar os entrevistados não apenas como objetos de observação, mas como informantes dos momentos históricos, surge o risco de colocar em dúvida o monopólio institucional que os pesquisadores têm sobre o saber científico. É basilar, portanto, a necessidade de se fazer a crítica sobre a oralidade enquanto um documento.

De acordo com Bourdieu,³⁷ a intervenção do pesquisador sobre os depoimentos colhidos é tão difícil quanto extremamente necessária. Ela deve ser evidente, mas deve procurar fazer-se esquecer. O que se está pautando, quando se constrói o diálogo, é a relação objetiva entre as competências de ambos, o domínio mais ou menos completo da linguagem legítima para que se compreenda o que se quer dizer, assim como o conjunto de competências sociais que estabelecem o direito de cada indivíduo de poder falar e que depende de sexo, idade, religião, situação sócio-econômica, da mesma forma que cabe ao pesquisador se certificar da existência de informações que poderiam ser antecipadas.

Os depoimentos, por si só, não dão conta de responder todas as questões levantadas numa pesquisa, para garantir a autenticidade desses documentos orais, é preciso verificar a efetividade destes a partir de outros documentos, sejam eles escritos, ou outras entrevistas, pois as histórias individuais produzidas sobre os acontecimentos coletivos nunca são totalmente iguais. Na coleta de histórias, a confrontação torna-se uma característica intrínseca da narrativa. No geral, ao falar de si, os indivíduos tendem a formular a própria história confrontando, adaptando e acomodando elementos que flutuam entre o presente e o passado e entre o individual e o coletivo, como: “‘casos’ pessoais ou antigos, opiniões próprias e alheias, distinções entre pontos de

³⁷ BOURDIEU, Pierre. O que falar quer dizer. In: _____ (Org.). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 75-88.

vista, descrições dos diferentes modos de vida em diferentes épocas, histórias tradicionais, referências a diferentes grupos”.³⁸

Quando desenvolvi a minha pesquisa de mestrado, pretendi dar visibilidade à memória da militância comunista que resistiu à ditadura militar, pois a história não deve ser contada somente pelos que dominam, mas também pelos indivíduos que foram relegados a um segundo plano. Como observou Benjamin,³⁹ os dominadores são sempre os herdeiros de todos aqueles que se saíram vitoriosos antes deles. “Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão”. Torna-se primordial, então, que o historiador, arrolado pelo materialismo histórico, seja capaz de escovar a história a contrapelo, narrando as memórias daqueles que sofreram com a barbárie dos vencedores e que foram abandonados ao esquecimento por estes.

É papel do pesquisador, ao se defrontar com entrevistas, saber articular as ideias e descrevê-las de forma a construir uma narrativa que seja capaz de atingir o maior público possível. Contar a história de indivíduos que se sujeitaram a se abrir e a relatar o próprio passado, torna-se um trabalho prazeroso e ao mesmo tempo imprescindível. Prazeroso, pois como historiador, é sempre desafiador utilizar-se de um suporte teórico-metodológico que permite colocar a história, ao mesmo tempo, ao lado da literatura e da ciência⁴⁰, a partir de “um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ operações”;⁴¹ imprescindível, pois, o contexto histórico e social que indivíduos que viveram momentos de trauma nos apresentam, são de suma importância para que se compreenda os caminhos percorridos pelos grupos sociais.

Le Goff,⁴² compreende que, com o caráter único que possui cada evento histórico, torna-se parte do trabalho do historiador misturar relato e explicação, fazendo da história “um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência”. O autor afirma que tal assertiva foi válida da antiguidade ao século XIX, dos primeiros historiadores, como o grego Tucídides, a clássicos como Michelet, mas que perdeu força no século XX. A ciência histórica tornou-se cada vez mais tecnicista e, conseqüentemente, menos subjetiva, ficando mais “difícil para o historiador parecer também escritor. Mas existe

³⁸ SCHMIDT; MAHFOUD, op. cit., p. 295.

³⁹ BENJAMIN, W. *Magia e técnica, Arte e Política. Ensaio sobre Literatura e história da cultura*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 227-228.

⁴⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 65.

⁴¹ *Ibidem*, p. 47.

⁴² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 12.

sempre uma escritura da história” e a História Oral permite o resgate desse modo de conceber a historiografia.

Narrar as lembranças individuais como parte de uma memória de grupo e esta como parte da memória coletiva de um local, por exemplo, abre margem para que os historiadores possam instrumentalizar a história enquanto campo científico, repleta de técnicas, métodos e análises, mas, também, enquanto experiência subjetiva, aproximando a escrita da história dos sujeitos que dela fazem parte.

Não há dúvida, portanto, de que os indivíduos vivem como parte fundamental de uma associação de pessoas. Todo ser humano é parte de um grupo que já existia antes dele e que alicerça os acontecimentos memoráveis para que sejam perfilados de modo a produzir as lembranças. Casadei⁴³ chama isso de “elo fundamental da memória”. Para o autor, a memória “só pode ser exercida na medida em que ainda existam indivíduos que participaram destes eventos e que têm a condição de relatá-lo”.

Esse elo fundamental é visto no fato de que as pessoas possuem ligações por meio de laços invisíveis, sejam de trabalho, de propriedade ou de afeto e a sociedade como conhecemos hoje, nos torna a todos altamente dependentes uns dos outros. Vivemos, desde o nascimento, presos a uma rede de dependências a qual não é nada simples romper e que só podemos modificá-la até onde a estrutura dessas dependências nos permita.

Enquanto historiadores que utilizam da História Oral como técnica para a construção historiografia regional, então, nos cabe fazer a interpretação dessas memórias respeitando-as e compreendendo-as como parte importante da vida daqueles indivíduos que aceitaram se expor, analisando o todo, o grupo ao qual esses sujeitos pertencem, como foram tecidas as redes de sociabilidades entre eles e como as subjetividades de cada um atuou na formação da memória coletiva e compreender essa memória como parte da memória nacional, trazendo-a para o centro das discussões atuais sobre os legados históricos e sociais deixados não só pelos agentes do Estado, mas pelos grupos excluídos e marginalizados.

⁴³ CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 108, mai. 2010, p. 158.

Referências

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 1, 2005, p. 95-129.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, Arte e Política*. Ensaios sobre Literatura e história da cultura. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BERTAUX, D. 1999. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Acta Sociológica*, Ciudad de México, n. 56, set/dez. 2011, p. 61-93.
- BOURDIEU, Pierre. O que falar quer dizer. In: _____ (Org.). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org). *Usos e abusos da história oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 108, mai. 2010, p. 153-161.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- COELHO, Maria Clara Ruas. O direito à memória como instrumento de reflexão crítica do passado e de criação de um novo futuro. *Caderno Virtual IDP*, Brasília, v. 1, n. 33, 2016, p. 01-18. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/1196/716>> acessado em: 12/02/2021.
- DE OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. Uma história social da memória da ditadura: o lugar da História Oral na investigação do regime militar. *História Oral*, São Paulo, vol. 22, n. 2, 2019, p. 287-290.
- DE SOUZA, Eliton Felipe. “*Eu também fui torturado*”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro. 2015. 159. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, São Paulo, vol. 2, n. 4, 2013, p. 19-34.

DICIONÁRIO AURÉLIO DIGITAL. *Verbetes “Memória”*. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.editorapositivo.aurelio&hl=pt_BR&gl=US> acessado em 11/02/2021, s.p..

FOUCAULT, Michel. *El orden del discurso*. Buenos Aires, Ed. Tusquets, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LE MOS, Luiz Carlos Fagundes. *Theodomiro Fagundes Lemos: depoimento* [2014]. Entrevistador: A. Perger. Joinville. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro, s.p..

NORA, Pierre. *Realms of Memory: the construction of the French Past*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 202-212.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 03-15.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, 2013, p. 108-132.

SCHMIDT, Maria L. S.; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, vol. 4, n. 1-2, 1993, p. 285-298.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, vol. 06, n.º 12, 2007, p. 35-44.

WACHTEL, N. A versão dos vencidos: depoimento. [2 de Janeiro de 2012]. Rio de Janeiro: *Revista de história*. Entrevista concedida a Agnes Alencar e Rodrigo Elias, s.p..

Artigo recebido para publicação em 11/02/2022
Artigo aprovado para publicação em 03/05/2022